

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SILVIO CESAR AVILA

**O PETRÓLEO COMO FERRAMENTA DE PODER NA POLÍTICA
INTERNACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA
DÉCADA DE 1970**

Orientador: Prof. Dr. Alexsandro Eugênio Pereira

**CURITIBA
2012**

SILVIO CESAR AVILA

**O PETRÓLEO COMO FERRAMENTA DE PODER NA POLÍTICA
INTERNACIONAL E SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA
DÉCADA DE 1970**

Monografia apresentada como
requisito parcial à obtenção do título
de especialista em Sociologia Política.
Curso de especialização em Sociologia
Política do Departamento de Ciências
Sociais da Universidade Federal do
Paraná, turma 2011.

Orientador: Prof. Dr. Alexsandro Eugênio Pereira

**CURITIBA
2012**

RESUMO

A Política Externa Brasileira, historicamente, é orientada pela agenda econômica. Com base nesta afirmação, estabeleceu-se o objetivo deste estudo bibliográfico como identificar as influências das crises no mercado internacional de petróleo (conhecidas como “choques do petróleo”) nos rumos da diplomacia brasileira. O período considerado pelo presente estudo foi a década de 1970, que contempla três grandes acontecimentos da indústria do petróleo: a consolidação da OPEP (Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo) e os dois grandes choques do petróleo (1973 e 1979). Justifica-se a escolha deste período pela, à época, evidente dependência brasileira do petróleo importado, produzido principalmente no Oriente Médio. A delimitação do âmbito deste estudo são as correntes realista e ambientalista da Política Internacional. O trabalho apresenta as relações entre poder e recursos naturais na Política Internacional, bem como a importância da segurança energética como insumo básico da economia e poder nacional. Durante os anos 70, o petróleo figurava como tema primordial da política externa brasileira e do programa de desenvolvimento econômico do Brasil, evidenciando que a agenda econômica predominou sobre a agenda política no período considerado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 PODER E RECURSOS NATURAIS	6
3 O PETRÓLEO COMO FERRAMENTA DE PODER	12
4 O PETRÓLEO E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

1 INTRODUÇÃO

O sistema internacional vive uma constante de conflitos, principalmente quando as disputas entre nações são travadas nos âmbitos político e econômico. Um elemento importante nesse processo é a contínua busca pela segurança energética, que permite a um país implementar seus planos de desenvolvimento industrial e econômico, possibilitar o fortalecimento militar e aumentar o poder de negociação com as demais nações.

Tendo em vista que, historicamente, a Política Externa Brasileira é orientada pela agenda econômica, o objetivo deste estudo bibliográfico é identificar as influências das crises no mercado internacional de petróleo (conhecidas como “choques do petróleo”) nos rumos da diplomacia brasileira.

O período considerado pelo presente estudo, a década de 1970, contempla três grandes acontecimentos da indústria do petróleo: a consolidação da OPEP (Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo) e os dois grandes choques do petróleo (1973 e 1979). Justifica-se a escolha deste período pela evidente dependência brasileira do petróleo importado à época, produzido principalmente no Oriente Médio, região com inúmeros conflitos com o ocidente e reduzida relação comercial e diplomática com o Brasil.

No segundo capítulo, serão apresentadas as principais relações entre poder e recursos naturais na Política Internacional, sob a ótica realista e ambientalista, com destaque para os conflitos em torno da busca por petróleo. Morgenthau (2003) apresenta as matérias-primas, juntamente com os fatores geográficos e a autonomia na obtenção de alimentos, entre os componentes estáveis ou relativamente estáveis do poder das nações.

Assim, os Estados perseguem o interesse nacional, conceito ambientado por Nye (1999), por meio de políticas voltadas para a busca do poder e da sobrevivência do Estado. E, entre os três elementos fundamentais à definição de potência, estão os recursos materiais disponíveis (ARON, 2002). Esse capítulo se encerra com evidências da importância da segurança energética como insumo básico da economia e poder nacional.

No terceiro capítulo, um recurso natural em especial, o petróleo, é apresentado como ferramenta de poder. A criação e consolidação da OPEP causam uma alteração radical no sistema internacional, ainda que a atenção dos pesquisadores em conflitos internacionais só tenha se voltado ao petróleo após o choque de 1973 (PETERS, 2004). Klare (2007) entende que a dimensão política do petróleo é decisiva e contribui para determinar a hierarquia no cenário nacional.

O capítulo quatro apresenta os aspectos mais importantes da Política Externa Brasileira, com foco no período da primeira crise internacional do petróleo, ocorrida em 1973. Destacam-se as relações do Brasil com os países produtores de petróleo, principalmente os países do Oriente Médio, e os esforços em garantir o suprimento de petróleo neste período.

O texto mostra o Brasil como um grande consumidor de energia importada nesta época, principalmente os hidrocarbonetos, evidenciando também seu esforço em reforçar o poder nacional em moldes mais eficientes, além de artifícios de poder integrados à política externa. O capítulo termina formulando a proposição de que o petróleo figurava como tema primordial da política externa brasileira e do programa de desenvolvimento econômico do Brasil, vistos pela ótica do nacional desenvolvimentismo (FARES, 2007).

O quinto e último capítulo tece considerações a respeito da relação entre o petróleo, a agenda econômica e o poder nacional, além das considerações do autor sobre o estudo realizado. Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas para a confecção deste estudo.

2 PODER E RECURSOS NATURAIS

Neste capítulo, são apresentados alguns conceitos de poder e o papel dos recursos naturais em conflitos derivados de relações de poder entre nações, principalmente sob a ótica de teóricos realistas e ambientalistas, com destaque para a constante presença de conflitos em torno da busca pela garantia ao acesso destes recursos.

Sarfati (2005, p. 88), falando sobre a obra de Edward Carr, escreve que...

“...o que importa na relação entre os Estados é o poder e não o direito internacional, quer dizer, ignorar a relação de poder entre os Estados é ignorar as motivações básicas da existência deles no sistema internacional, ou seja, a defesa de sua sobrevivência.”

Qualquer que seja a política externa de um país, ela deve ser dirigida pela estrutura deste sistema internacional. Uma das características desse sistema é a anarquia, a ausência de qualquer jurisdição consensual, o que força os Estados a brigarem por supremacia uns com os outros, em uma busca constante por garantir sua própria segurança (GOWAN, 2002).

A sobrevivência, para Gowan (2002), é o objetivo principal das grandes potências. Numa ordem anárquica, o predomínio sobre os demais, e não o equilíbrio de poder, passa a ser o único meio de garantir essa sobrevivência. Porém, Estados geralmente não fazem guerras apenas por razões de segurança e sobrevivência e, na prática, nenhuma nação pode esperar por dominar o mundo.

Joseph Nye (1990. p. 177) afirma, categoricamente, que o “poder em política internacional é como o tempo. Todos falam sobre isso, mas poucos entendem”. Para ele, o poder é a habilidade de se atingir objetivos e fins e, citando Robert Dahl, define o “poder como a habilidade de conseguir que outros façam o que, de outra maneira, não fariam”.

Uma vez que a habilidade de controlar outros é, geralmente, associada à posse de determinados recursos, líderes políticos acabam assumindo essa posse como poder. Para Nye (1990), fatores como tecnologia, educação e crescimento econômico estão se tornando mais importantes, enquanto que fatores geográficos, população e matéria-prima se tornam menos importantes. Numa era de economias baseadas na informação e interdependência transnacional, o poder está ficando cada vez menos transferível, tangível e coercitivo.

Muitos teóricos de ciência política têm focado em poder econômico como uma fonte de controle hegemônico e, ainda segundo Nye, sem um poder hegemônico, o conflito é constante.

Na busca por entender e definir quem exerce o poder hegemônico, Nye (2004) apresenta os conceitos de “*soft power*” (poder brando) e “*hard power*” (poder duro). O *soft power* é a habilidade em conseguir o que se quer por meio da atração, simpatia. Quando as políticas de um país são vistas como legítimas pelos olhos dos

demais, seu *soft power* está elevado. Reputação e credibilidade são pontos altos desta faceta do poder.

Já o *hard power* refere-se à habilidade de se conseguir com que outros façam o que se deseja, que de outro modo não fariam, se não pelo uso de ameaças ou recompensas. Aqui se encontram as questões econômicas e militares como fontes de persuasão e coerção (KEOHANE e NYE, 1998).

Definições de poder e temas como soberania, relações de poder entre as potências, blocos regionais de comércio e instituições internacionais são mais abundantes no campo da política internacional. Porém, a disputa por recursos naturais e recursos escassos ainda se trata de um tema lateral em grande parte das obras no campo de estudos das Relações Internacionais (FUSER, 2008).

Alguns autores realistas relacionam os recursos escassos como componentes do poder das nações. Para Morgenthau (2003), o controle das matérias-primas é um componente cada vez mais fundamental do poder nacional, fruto da crescente mecanização dos combates. Os Estados perseguem o interesse nacional por meio de políticas voltadas para a busca do poder e da sobrevivência do Estado.

“Na medida em que a importância absoluta do controle das matérias-primas na determinação do poder nacional vem aumentando proporcionalmente à mecanização do esforço bélico, é normal que tenham ganhado importância em relação a outros recursos.” (MORGENTHAU, 2003, p. 224)

Para ele, países mais poderosos como os Estados Unidos e a União Soviética, ou eram autossuficientes nas matérias-primas da indústria moderna ou possuíam o controle das fontes de matérias-primas que não eram produtores.

Dentro da discussão do poder está a capacidade de uma nação ou coletividade impor sua vontade a outra, ou seja, a potência, segundo Aron (2002). E essa potência é composta de três elementos fundamentais:

“...o espaço ocupado pelas unidades políticas; depois, os *recursos materiais disponíveis* e o *conhecimento* que permite transformá-los em armas, o *número de homens* e a arte de transformá-los em soldados (...); por fim, a *capacidade de ação coletiva* que engloba a organização do exército, a

disciplina dos combatentes, a qualidade do comando civil e militar, na guerra e na paz, a solidariedade dos cidadãos.” (ARON, 2002, p. 107)

Para Hage (2008, p. 183),

“...por ser a configuração do sistema internacional feita sob o impacto da disputa e dos conflitos os Estados nacionais procuram resguardar seus elementos essenciais do poder nacional, como influência política e segurança energética.”

A corrente ambientalista também estuda o papel dos recursos escassos ou de difícil acesso nos conflitos humanos. Homer-Dixon (1994) reconhece que conflitos violentos, em várias partes do mundo, foram ocasionados ou tiveram a contribuição da escassez e até de mudanças climáticas.

Para ele, conflitos por recursos não-renováveis são mais comuns que por renováveis. E a competição por recursos tende a aumentar com a liberalização econômica, já que os Estados nacionais acabam perdendo o controle sobre as atividades econômicas em seus territórios. Além de, é claro, o fato de existir uma distribuição de recursos não-igualitária, concentrando recursos nas mãos de poucos e sujeitando o restante à grande escassez.

Ainda de acordo com Homer-Dixon (1994), Estados têm pensado mais sobre recursos não-renováveis por duas razões: primeiro, o petróleo e recursos minerais podem ser convertidos em poder nacional mais diretamente do que agricultura, terra, pesca e florestas, e, em segundo, a maior parte dos países mais dependentes de recursos renováveis, os mais motivados a conseguirem recursos de seus vizinhos, tendem a ser pobres, reduzindo a capacidade de agressão.

Os ambientalistas conectam problemas com recursos e meio-ambiente à segurança e comportamento internacional, e...

“...em função destes problemas, uma nação ou região que tende a proteger sua ‘segurança’ no futuro terá que se preocupar também com os fluxos de capital geofísico como se faz hoje com os fluxos de capital econômico, assim como com o balanço dos gases da atmosfera do mesmo modo com que se preocupa com poderio militar, além de monitorar os sinais vitais da Terra como monitora arsenais de destruição.” (GLEICK, 1991)

Para Gleick (1991), as ameaças ambientais e de recursos à segurança podem ser agrupadas em quatro categorias: recursos como objetivos estratégicos (conflitos decorrentes da corrida pela garantia do acesso aos recursos), ataques a recursos (plantas de produção e distribuição de energia sempre foram considerados ataques legítimos em uma guerra), recursos como ferramentas militares (no futuro, será concebível que um país entre em guerra pelo acesso à água mais do que por acesso ao petróleo) e interrupção de serviços ambientais (benefícios do ar puro e da água, além da capacidade na absorção de lixo pelos ecossistemas naturais, estão em risco e a interrupção destes serviços pode ameaçar o bem-estar dos seres humanos).

Ainda segundo Gleick (1991), os recursos naturais têm sido usados no passado, e continuarão a ser usados no futuro, como ferramentas ou alvos de guerra assim como objetivos estratégicos de conquistas. E os problemas ambientais não podem ser isolados de causas políticas, econômicas e sociais.

Klare (2007) afirma que o problema de segurança energética também é composto pelo fato de que instalações da indústria de petróleo se tornaram alvo de ataques por insurgentes e terroristas que as vê como expressão da invasão ocidental no mundo islâmico. Daí decorre o compromisso em utilizar a força para proteger o petróleo, principalmente pelos Estados Unidos, já que esse recurso é visto por eles como interesse vital da nação, considerado também como um “bem de interesse geral”, que beneficia o mundo como um todo.

Os argumentos ambientalistas enfatizam, assim, o que é chamado de “guerra por recursos”. Esse fenômeno é entendido por Peters (2004) como uma relação entre a escassez de recursos e conflitos violentos, onde...

“...as deficiências globais e a degradação de recursos naturais, tanto renováveis como não-renováveis, unido à distribuição desigual destes materiais, pode levar à indesejáveis – e instáveis – alianças, às rivalidades nacionais e, é claro, à guerra.” (PETERS, 2004, p. 188)

Ainda para a autora, o petróleo é o recurso não-renovável mais importante nas economias de países industrializados. Ela destaca que, apesar disso, as guerras são, geralmente, causadas por uma combinação complexa de motivos, tanto que

uma guerra exclusivamente pelo controle e acesso a recursos ainda não foi travada. Ainda que, recentemente, registrou-se o uso do petróleo como uma “arma”.

Para Klare (2004), a questão-chave não é o “choque de civilizações” proposto por Huntington, mas a disputa por recursos naturais, cada vez mais escassos. E, entre estes recursos, está o petróleo, visto, cada vez mais, como insumo básico da economia e poder nacional, como vemos no capítulo seguinte.

Morgenthau (2003) afirma que o petróleo, na forma de fonte de energia, desde a Primeira Guerra Mundial, vem se mostrando cada vez com mais importância para a indústria e para a guerra. Segundo a classificação do poder, categorizada por Sarfati (2005, p. 96) com base nos trabalhos de Morgenthau, “o acesso ao petróleo é fundamental no poder de uma nação”.

A partir do petróleo se chega a toda uma cadeia de produtos derivados e a uma fonte barata de combustível, conferindo ao país que detém esse recurso grande vantagem econômica e militar, garantida pela segurança energética. E isso teve impacto no grau de poder relativo dos países politicamente mais poderosos, o que explica movimentos como os da Grã-Bretanha, Estados Unidos e até da França com o Oriente Próximo,...

“...designado por ‘diplomacia do petróleo’, ou seja, o estabelecimento de esferas de influência que lhes conferiam o acesso exclusivo a depósitos de petróleo em certas regiões. Entretanto, o petróleo deixou de ser apenas uma entre muitas matérias-primas importantes usadas para o dimensionamento do poderio de uma nação. Hoje, ele constitui um fator material cuja posse ameaça abalar padrões seculares da política internacional.”
(MORGENTHAU, 2003, p. 226)

Ainda segundo Morgenthau (2003), há uma tradição em haver um relacionamento funcional entre poder político, militar e econômico. Porém, esses relacionamentos foram perturbados, ou até destruídos, pelo emprego do petróleo como arma política. O próximo capítulo discorre mais sobre o tema, apresentando o petróleo como uma ferramenta de poder.

3 O PETRÓLEO COMO FERRAMENTA DE PODER

O exercício do poder pode ser justificado pela busca da garantia de segurança e isso inclui a posse ou acesso a recursos. Com isso, percebe-se uma corrida pela garantia do acesso aos combustíveis fósseis, já que, há tempos existem especulações sobre o alcance do pico de exploração e produção deste recurso.

O pico do petróleo impacta diretamente as relações internacionais, justificando ações conflituosas e guerras que, durante o século vinte, foram travadas por recursos, principalmente o petróleo (HEINBERG, 2005).

Segundo Morgenthau (2003, p. 228), “o poder conferido pelo petróleo constitui, antes de qualquer outra coisa, o resultado do desenvolvimento tecnológico das nações industrializadas modernas.” Daí vem o entendimento de Yergin (2010), segundo o qual a civilização contemporânea desabaria caso os poços de petróleo secassem subitamente. Nenhum outro produto tem tanta importância para o funcionamento da economia mundial, visto que uma simples variação no seu preço pode representar o início de uma fase de crescimento ou, ao contrário, lançar o mundo à recessão.

Por outro lado, a dimensão política do petróleo é decisiva. E, compreendido como uma ferramenta de poder, o petróleo contribui para determinar a hierarquia no cenário nacional (KLARE, 2004).

Segundo Yergin (2010, p. 13), o petróleo se apresenta como uma matéria-prima imbricada nas estratégias nacionais e no poder e política globais. Para ele, em relação ao petróleo,

“...os campos de batalha da I Guerra Mundial estabeleceram a sua relevância como elemento do poder nacional no momento em que a máquina de combustão interna superou o cavalo e a locomotiva a carvão. Ele era de importância fundamental para o rumo e as conseqüências da II Guerra Mundial tanto no Extremo Oriente quanto na Europa. (...) Em 1956, a Crise do Suez, que na verdade marcou o fim da estrada para os velhos poderes imperiais da Europa, deveu-se muito mais ao petróleo que a qualquer outra coisa. O ‘poder do petróleo’ agigantou-se bastante na década de 1970, fazendo com que países até então periféricos à política internacional assumissem subitamente uma posição de grande riqueza e influência, e

gerando uma profunda crise de confiança nas nações industriais que haviam baseado seu crescimento econômico nesse mineral.”

Um dos principais marcos do estabelecimento do petróleo como ferramenta de poder na política internacional foi a criação da OPEP (Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo). A OPEP começou a ser orquestrada por um venezuelano chamado Juan Pablo Pérez Alfonso que, em 1959, sob articulação da jornalista theca Wanda Jablonski (filha de um botânico, cuja empresa tornou-se parte da *Socony-Vacuum*, embrião da *Mobil*, hoje *Exxon*) com o consentimento de imediato do “*sheik* vermelho”, o saudita Abdullah Tariki (YERGIN, 2010).

À esta época, as *sette sorelle* (apelido dado pelo italiano Enrico Mattei, presidente da ENI, em resposta à rejeição que a Itália sofria para entrar no grupo dos “donos” do petróleo) viviam uma “íntima associação” e realizavam múltiplas *joint-ventures* para garantir o acesso ao petróleo que seria consumido nos EUA e na Europa Ocidental.

Com o interesse dos países compradores, as irmãs (além da CFP, excluída da irmandade por Mattei porque não era anglo-saxã) já dominavam a exploração de petróleo no oriente médio. As pequenas indústrias independentes e os países que foram deixados de lado (como Itália e Japão) também queriam garantir o suprimento de petróleo. E começaram a prometer uma parte maior aos países legitimamente donos do recurso (MORSE, 1999 e YERGIN, 2010).

Mas, de acordo com Yergin (2010), não era possível entrar nesse mercado sem sofrer sanções dos países consumidores, mais desenvolvidos. Havia apenas duas características comuns aos maiores produtores de petróleo: possuir petróleo e ser antibritânico (árabes) ou antiamericano (venezuelanos).

Com as experiências dos golpes ocorridos na América do Sul, Pérez Alfonso aprendeu que é necessário manter coalizões e unidade de um lado a outro do espectro político e não afastar outros partidos e interesses. Viu que isso servia também em questões de política internacional. O petróleo venezuelano era o que tinha maior custo de exploração e uma busca acirrada por óleo árabe, muito mais barato, poderia fazer com que seu maior comprador, os EUA, optasse por economizar e diminuir o consumo de óleo oriundo da Venezuela, o que reduziria em muito seus ganhos com o ouro negro.

Ele tinha conhecimento dos esforços que a Comissão das Ferrovias do Texas tinha realizado para manter o preço da gasolina norte-americana acima de um patamar mínimo, garantindo oxigênio aos produtores independentes nos EUA numa luta desigual contra as *majors* do petróleo. Pérez Alfonso havia sido exilado justamente para os EUA. Com a queda da ditadura na Venezuela, em 1958, ele volta ao país e assume o Ministério das Minas e Hidrocarbonetos.

Agora, ele “não só desejava aumentar a participação governamental nas rendas como também efetuar uma transferência de poder e autoridade ao governo sobre a produção e o mercado, afastando-se das companhias de petróleo” (YERGIN, 2010, p. 577). Era preciso estabelecer uma aliança global estruturada nos moldes texanos.

Essa aliança começou a ser formada no Congresso Árabe do Petróleo, em 1959, e foi selada algum tempo depois no late Clube de Maadi (subúrbio do Cairo). Estavam presentes Pérez Alfonso pela Venezuela, o saudita Tariki, um kuatiano, um iraniano (a polícia teve que caçá-lo após a reunião para assinar o “acordo de cavalheiros”, já que ele tinha medo por estar no Egito e talvez não conseguisse obter aprovação do seu xá a qualquer acordo feito nesse solo) e um iraquiano (como o Iraque sofria boicote, foi como funcionário da Liga Árabe).

O acordo geral era que “os respectivos governos estabelecessem uma comissão consultiva do petróleo, que defendessem uma estrutura de preços e que criassem companhias nacionais de petróleo” (YERGIN, 2010, p. 584).

Nasceu, assim, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP. Para Marinho Jr. (1989, p. 113), esse momento tratou-se de evidenciar o...

“...grande despertar dos países produtores para uma nova era na indústria internacional do petróleo, quando se conscientizam de sua força econômica e, a partir de 1960, vão procurar conter coletivamente a tendência de baixa dos preços, de modo a não aviltar o que puderam ganhar com a gradual subida dos impostos fiscais no sistema concessionário e outros benefícios advindos do controle mais efetivo da indústria nacional de petróleo.”

Mesmo sob ameaça constante de sanções e conflitos, assistindo um acirramento da competição internacional, contando com a ajuda de Enrico Mattei e dos soviéticos, a organização cresceu e estabeleceu-se, passando a determinar as quotas de produção e o preço de negociação do barril de petróleo. Não foi

imediatamente, os idealizadores do projeto já tinha saído da organização quando ela, finalmente, se estabeleceu, contrariando todas as expectativas pessimistas e apesar de todas as rugas entre os membros originais e aqueles que foram aderindo à OPEP ao longo do tempo.

“Basta mencionar que ela reunia 13 membros numa confraria que admitia a completa diversidade de credo político-ideológico, desde a mais absoluta tradicional monarquia à república revolucionária socialista popular mais extremada.” (MARINHO JR, 1989, p. 125)

Para Yergin (2010), o principal ator da consolidação da OPEP, já entrando nos anos 70, foi Muammar al-Kadafi. Ao assumir o poder na Líbia, o “jovem carismático” colocou as grandes do petróleo contra a parede, começando pela recém-nascida *Occidental*. Aos poucos, elas foram cedendo, começando pela *Shell*, que propôs que se utilizasse uma abordagem conjunta de negociação diretamente com a organização que tanto ignoravam. Além disso, houve um acontecimento ainda mais incisivo para a consolidação da OPEP: a Guerra do *Yom Kippur*.

Smil (2000) afirma que, no período pós-1973, quando ocorre a consolidação da OPEP, nasce a era do suprimento progressivo de petróleo barato, sendo que o sistema de energia global passa a depender dos países produtores e de sua política de preços. Os combustíveis fósseis se tornam a fonte dominante de energia primária para o mundo. A exaustão deste recurso passa a não ser mais apenas uma função da depleção física (atingir ou não o pico de produção), mas também, e principalmente, um eventual aumento inaceitável dos custos de produção ou de acesso à matéria-prima.

E o primeiro choque do petróleo não é causado pela ameaça de se atingir o pico de produção, mas sim pela queda proposital nos níveis de produção pelos membros da OPEP (exceto Iraque) em Outubro de 1973. Em uma reação de pânico, o preço do barril de petróleo quadruplicou em apenas seis meses (SMIL, 2000).

Para Morgenthau (2003, p. 226),...

“...o embargo às exportações de petróleo, ditado pelos países produtores no inverno de 1973-74, juntamente com a elevação drástica nos preços do produto, tornou subitamente mais claros alguns aspectos básicos da política mundial que poderíamos ter compreendido apenas de modo teórico, mas nos

foram impostos pela realidade dos fatos, de modo brutal, em virtude da transformação drástica introduzida nas relações de poder, gerada pela nova política de petróleo.”

O petróleo usado como “arma“, de acordo com Morse (1999), permitiu aos exportadores de petróleo, todos eles países ainda em desenvolvimento, ganhar o apoio de quase todo o “Terceiro Mundo”, sob a desculpa de entrar numa batalha pela redistribuição das condições de vida dos países industrializados para os demais.

Apesar da afirmação de Peters (2004) de que nenhuma guerra por recursos foi travada até o momento, pode-se entender que existem registros do uso do petróleo como “arma”.

Morse (1999, p. 16) entende que...

“...a Guerra do Golfo em 1991 foi a primeira guerra na história moderna especificamente pelo petróleo. Isso serve para lembrar que, enquanto as fontes de hidrocarbonetos permanecerem como recursos fundamentais ao crescimento econômico – e enquanto existirem governantes poderosos que queiram garantir acesso ao suprimento de hidrocarbonetos – existirá um compromisso de se usar a força para prevenir qualquer governo isolado de controlar o mercado.”

Em um trabalho anterior, Morse (1991) já indicava que uma nova era na política relacionada aos interesses no petróleo havia sido iniciada neste período. E essa nova era iria requerer cooperação internacional não apenas para manter estabilidade política, mas também para sustentar os laços que unem países produtores e consumidores de petróleo.

Para HAGE (2008, p. 175),

“a urgência de segurança energética força os Estados a tomarem medidas auto-centradas, unitárias, para diminuir o grau de danos nacionais que podem ser advindas por falta de combustíveis. E falta de segurança energética são justamente os insumos básicos necessários para dar atividade regular ao transporte, à economia e aos instrumentos do poder nacional.”

O petróleo passa a ser visto, assim, como uma questão não apenas dos mercados consumidores e da indústria, mas principalmente dos Estados, que passam a pensar estrategicamente os problemas de segurança energética. “Tanto em caso de guerra como em situações de paz, a vulnerabilidade energética pode colapsar a economia de um ou de vários países”, podendo, inclusive, “tornar-se o ‘pomo da discórdia’ na política internacional” (PAUTASSO e OLIVEIRA, 2008, p. 372 e p. 373).

Não é objetivo deste estudo a realização de uma extensa pesquisa sobre todas as facetas do petróleo como ferramenta de poder. Assim, destacaram-se apenas a criação da OPEP e, de modo geral, como esse recurso pode ser usado para justificar o conflito e atestar o poder nacional de um país. Esse é o pano de fundo que permite verificar como essa ferramenta atuou no delineamento da política externa brasileira durante a década de 1970, compreendendo o primeiro choque do petróleo em 1973 e o segundo em 1979, como pretende apresentar o próximo capítulo.

4 O PETRÓLEO E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Neste capítulo, serão descritas os aspectos mais importantes da Política Externa Brasileira, com foco no período da primeira crise internacional do petróleo, ocorrida nos anos 1970, até o final desta década. Na seqüência, as relações do Brasil com os países produtores de petróleo, principalmente os países do Oriente Médio, e os esforços em garantir o suprimento de petróleo neste período.

Conforme Marinho Jr. (1989, p. 162), como os embargos realizados pelos membros da OPEP obtiveram um relativo sucesso,

“...chega-se assim à nova ordem internacional da indústria do petróleo, dominada por novas relações internacionais entre os diferentes grupos envolvidos: países exportadores, individualmente fortes, ou mais fortes ainda, por estarem regionalmente organizados; países consumidores, quando muito alguns produtores do porte do Brasil; e, finalmente, as companhias internacionais de petróleo.”

O Brasil era extremamente dependente do petróleo importado, ainda que já produzisse alguma coisa. O choque do petróleo afetava diretamente o Brasil, já que se mostrava, à época, o principal importador do mundo entre os países em desenvolvimento.

É nesse contexto que se inicia uma aproximação do país com o Oriente Médio, vindo a preencher alguns vazios diplomáticos da atuação brasileira (SANTANA, 2006).

Para Hage (2008), países nesta situação, grandes consumidores de energia importada, devem reforçar seu poder nacional em moldes eficientes e devem fazer isso também com seus artifícios de poder integrados à política externa.

O que explica a necessidade da aproximação citada por Santana (2006, p. 161), de que, “observava-se, dessa forma, no contexto internacional da época, a agenda econômica determinando a agenda política nas relações exteriores do país.”

De acordo com Fares (2007), como essa dependência duraria ainda um bom tempo, o governo brasileiro e a estatal Petrobras, sob a administração de Ernesto Geisel, ainda antes de se tornar Presidente da República, tornaram o petróleo o tema primordial da política externa brasileira, além de ser tratado como importante componente do programa de desenvolvimento econômico do Brasil.

Ainda antes da Guerra do *Yom Kippur*, o Brasil já tinha iniciado relações com os países do Oriente Médio, com a expectativa de aumentar as exportações e garantir o acesso ao petróleo, e...

“...após o choque do petróleo, a fim de auferir dividendos, bem como evitar represálias, nas relações bilaterais com os Estados produtores de óleo, o Brasil assumiu posição categoricamente pró-árabe nos foros multilaterais. A nova realidade trazida pelo choque do petróleo ensejou nova orientação internacional da política externa, a qual refletia diretamente no encaminhamento da diplomacia para o Oriente Médio.” (SANTANA, 2006, p. 160)

Um das opções, aparentemente a que apresentava melhores expectativas para o futuro, foi uma aproximação do país com o Iraque, uma país que necessitava importar de alimentos a manufaturados, porém era um grande exportador de petróleo.

Outras nações da região já tinham boa parte de seus mercados comprometida com empresas estrangeiras. Um dos meios de compensação pela importação de petróleo era o acesso das empresas brasileiras, se sobressaindo a Mendes Jr., na construção de uma ferrovia que ligava as cidades iraquianas de Bagdá e Akashat (FARES, 2007).

Ainda segundo Fares (2007, p. 133), com o objetivo de contornar os obstáculos promovidos pela escassez de divisas estrangeiras, o Brasil utilizou em grande parte das trocas comerciais com o Iraque o sistema *bater* ou *counter-trade*. “Por meio desse instrumento, pelo menos em parte, a compra de petróleo seria paga com as exportações de mercadorias e serviços brasileiros.” O Iraque assumia compromisso de adquirir bens e serviços de produção brasileira em valor igual ou superior ao do óleo iraquiano enviado.

Foi esse estreitamento de relações e a necessidade de garantir a segurança energética que, quando se iniciou o boicote internacional em contrapartida à nacionalização da *Iraq Petroleum Company* (até então de propriedade britânica), explica o comportamento do Brasil, que furou o boicote internacional, autorizando a Petrobras, presidida por Geisel, a comprar petróleo iraquiano. Gesto que ampliou as relações entre os países, tornando o Iraque o “maior mercado no exterior para serviços, automóveis, carne, frango e armamentos brasileiros” (SANTANA, 2006, p. 162).

A subsidiária da Petrobras no exterior, a Braspetro, chegou a manter atividades no território iraquiano, descobrindo o campo de *Majnoon* em 1977, o maior do Iraque. Porém, com a guerra do Irã-Iraque em 1979, o Brasil teve de abandoná-lo, recebendo indenização por pesquisas geológicas, mas assinando um contrato de 15 anos de fornecimento de 150 mil barris/dia em condições altamente favoráveis (SANTANA, 2006).

Pode-se verificar que, apesar do interesse eminentemente econômico que sustentava a aproximação com o Oriente Médio,

“...as relações do Brasil com o Iraque na área comercial, tomados os anos da década de 70, 80 e início da de 90, evidenciam um planejamento sistemático e de prazo dilatado para a atuação do país no mercado iraquiano. A oportunidade comercial que o Iraque representava e a ligação das exportações de bens e serviços brasileiros com a compra de petróleo foram campo propício para a atuação do serviço de promoção comercial do

Itamaraty, da Petrobras, da Presidência da República e de outros ministérios, como da indústria e de minas e energia.” (FARES, 2007, p. 133)

Apesar das expectativas de o Brasil continuar com essa parceria nos programas de reconstrução pós Guerra Irã-Iraque, a invasão do Kuwait, em 1990, acabou por causar o fim da sociedade.

Fares (2007) destaca que isso não evidencia um “erro de cálculo” do Brasil, já que não foi capaz de antecipar uma movimentação militar do Iraque e, com isso, seu enfraquecimento econômico e instabilidade política. Outros países também tiveram frustradas suas perspectivas que eram, à época, realistas e com grande interesse comercial. Aventuras militares e distúrbios sociais são uma realidade inerente ao relacionamento com o Oriente Médio e nenhum outro país escapou disso.

As decisões internas do país também foram influenciadas pelo contexto internacional, quando o Brasil dá prosseguimento à sua política energética. A criação do Proálcool (Programa Nacional do Álcool, financiado pelo governo a partir de 1995) e um redimensionamento do programa para um conteúdo altamente estratégico, além do monopólio estatal do petróleo ser reforçado com o aumento das descobertas em águas profundas pela Petrobras, se mostraram conseqüências da busca pela segurança energética e, também, da necessidade de manter um distanciamento em relação aos conflitos internacionais que rondavam a exploração, produção e distribuição de petróleo no mundo todo (MARINHO JR., 1989).

Segundo Marinho JR. (1989), havia uma indecisão à época sobre investir ou não nas ofensivas de exploração de petróleo nas bacias brasileiras devido ao baixo preço e relativamente fácil acesso ao petróleo cru no mercado internacional antes do primeiro choque. Alguns acusavam o futuro Presidente da República Geisel de autocrata, que afirmavam valer-se da vitalidade financeira da Petrobras e prestígio político da empresa para criar um “poder dentro do Poder”.

Mas, com o agravamento da conjuntura internacional, tanto o grupo que erguia a bandeira “o petróleo é nosso” quanto os partidários de se manter a importação do petróleo barato, tiveram de se render à decisão de Faria Lima, substituto de Geisel, que...

“...considerou como ‘essencial’ na execução da política brasileira de petróleo a prevalência do ‘primado da segurança do abastecimento, em função direta do crescimento do Brasil’ (...). Para o novo presidente, a conjuntura internacional tinha realçado a missão da Petrobras de atender ao abastecimento nacional ‘em circunstâncias adversas’.” (MARINHO JR., 1989, p. 368)

Outra decisão do governo brasileiro, tomada em função da necessidade em garantir a segurança energética, foi a de apoiar as causas políticas do Oriente Médio, uma vez que os países árabes produtores de petróleo deixavam claro ao Brasil que o comércio ficaria garantido, principalmente, pelas relações políticas.

Em 1979, o chanceler Saraiva Guerreiro recebeu a exigência do Iraque (nesta época já representava a origem de mais da metade do petróleo importado) para que se permitisse a abertura do escritório da OLP (Organização para a Libertação da Palestina) em Brasília.

E as relações brasileiro-iraquianas, de fato, influenciaram a postura do país quanto à causa palestina, mesmo com repercussão negativa. Porém, uma vez que a Petrobras dava enfoque excessivamente comercial às relações, na tentativa de conseguir o petróleo ao menor preço possível, acabou prejudicando os canais diplomáticos e uma evolução maior no campo político do relacionamento, agravado pela segunda crise do petróleo, em 1979 (FARES, 2007).

Esse fato é, também, uma repercussão do caráter “ecumênico” da atuação diplomática brasileira, sob o comando do já Presidente da República Geisel. A política externa brasileira, nesta época, acabou sendo caracterizada pelo “esforço deliberado para preencher os vazios diplomáticos da atuação brasileira, sem preconceitos ideológicos e à luz dos interesses nacionais” (SANTANA, 2006, p. 164). As relações com o Iraque e o Oriente Médio, chanceladas pela primeira crise do petróleo, constituem um bom exemplo da tentativa de preencher um destes “vazios”.

Para Santana (2006), o projeto de desenvolvimento de Geisel, como Presidente da República, dependia essencialmente do óleo importado e de capitais externos. Esse projeto aprofundou o processo de industrialização por substituição das importações, com o objetivo claro de tornar o país autossuficiente em insumos básicos e, posteriormente, em energia. Assim, rever a agenda de relações bilaterais e diversificar os vínculos externos do país era óbvio.

Assim, começava a se delinear o esboço de um eixo de cooperação entre potências médias emergentes do Terceiro Mundo, uma vez que a...

“...crise do petróleo, bem como a evolução do diálogo Norte-Sul e da Guerra Fria, conduziram a diplomacia brasileira a aproximar-se, nos foros internacionais, da maioria dos países em desenvolvimento, grupo que inclui praticamente todos os Estados do Oriente Médio. A região tornava-se, de fato, nova e importante área de interesse para o Brasil.” (SANTANA, 2006, p. 168)

Com a crise do petróleo, a crescente demanda doméstica por energia e as orientações da política externa brasileira, o Brasil passou a comprar 80% do petróleo consumido internamente do Oriente Médio, o que gerou grande déficit comercial, que permaneceu mesmo após se iniciarem as exportações de manufaturados, produzidos, principalmente, pela Embraer e pela fábrica de material bélico Imbel.

Na constante tentativa de atenuar os saldos negativos, cada vez mais se fortaleceram os laços diplomáticos e econômicos com a região, sempre prevendo a compra de petróleo e a venda de manufaturas brasileiras.

Com o Iraque, o nosso maior fornecedor de petróleo no período, a contrabalança foi a comercialização de veículos, caminhões, peças e eletrodomésticos, minério de ferro, óxido de alumínio, madeira, carnes congeladas, além da prestação de serviços, como a participação em projetos de infra-estrutura.

E esta aliança mais próxima com o Iraque mostrou suas vantagens na segunda crise do petróleo, em 1979, uma vez que esse país...

“...no fim, garantiria o fornecimento de petróleo, a preços oficiais da OPEP, sem cobrar as sobretaxas em vigor no mercado internacional, o que significou um benefício relevante e um alívio à economia brasileira em um momento crítico do mercado petrolífero.” (FARES, 2007, p. 137)

O Iraque acabou “salvando” o país, pois, com a segunda crise do petróleo e a Revolução Iraniana, a Petrobras foi ignorada pelo governo da Arábia Saudita em seus pedidos para elevar a quantidade de petróleo fornecida ao Brasil, já que precisava encontrar um supridor alternativo ao Irã a preços da OPEP. Para se ter uma idéia, o preço OPEP do barril já tinha atingido 21 dólares com a crise e, se

fosse procurar petróleo no mercado spot, teria de pagar cerca de 48 dólares por barril (FARES, 2007).

Para Fares (2007), o que importava ao Brasil era conseguir petróleo a um preço baixo ou, no máximo, nos limites da OPEP. Passaram a ser tratados em segundo plano os componentes estratégicos e políticos do país e imperava o interesse econômico.

Além disso, o Iraque ainda ajudou no desenvolvimento da indústria bélica brasileira, representando um nicho de mercado oportuno, já que Saddam Hussein procurou diversificar os fornecedores de equipamentos bélicos para reduzir riscos políticos que comprometessem sua estratégia. Com isso, o Brasil passou de importador de armamento a exportador, chegando a figurar entre os dez maiores exportadores na década de 1980 (FARES, 2007).

Ainda segundo Fares (2007), é certo que o Brasil teria enfrentando um colapso no abastecimento de petróleo durante a segunda crise energética se não fosse o Iraque. Porém, a partir dos anos 1980, a dependência das importações de petróleo do Oriente Médio foi reduzida, além de a capacidade financeira do Iraque tornar-se cada vez mais debilitada. Já em meados dos anos 1980, o Brasil produzia 60% do petróleo que consumia (em 1978, esse número representava 10% do total) e o preço do óleo importado estava, enfim, reduzindo.

Santana (2006, p. 171) justifica a orientação da diplomacia brasileira ao enfrentar as crises do petróleo afirmando que...

“...a realidade era que, com a nova crise, com efeitos rapidamente detectados pelo país, o Itamaraty pouco pôde fazer para contornar o problema, uma vez que a condução das negociações da dívida externa, outrora responsabilidade da chancelaria, passaram para o Ministério da Fazenda. Nesse contexto, as questões de política externa foram preteridas em função da agenda econômica, que se sobrepunha à diplomática. Os acordos, os contratos e as renegociações da dívida externa minaram a presença de outros temas importantes da agenda externa do país.”

Paralelamente à redução das importações de petróleo, o país adotou uma efetiva política de diversificação de fornecedores de petróleo, passando a buscar o óleo cada vez mais em países como Venezuela, México, Angola e China. A relação

iniciou seu colapso com a invasão do Kuwait pelo Iraque e a campanha de demonização de Saddam pelos EUA.

As relações com o Iraque findaram somente na presidência de Fernando Henrique Cardoso, quando o Brasil começa a pautar sua política externa para o Oriente Médio de modo a agradar os EUA. Após a Guerra do Golfo, o Iraque sofre embargo comercial sob o auspício da ONU e decreta o fim nas suas relações com o Brasil. Assim,

“...o relacionamento brasileiro-iraquiano confirma a tese de que a estrutura (do sistema internacional) e a posição que um país ocupa nela são fundamentais, ao lado da política doméstica, para explicar importantes movimentos da política externa de um país.” (FARES, 2007, p. 143)

Apesar de a aproximação com o Oriente Médio ter resultado aquém do esperado, as ações do Itamaraty ao tentar incrementar e diversificar o comércio com os países árabes devem ser reconhecidas, principalmente as ligadas à busca por uma solução para a crise energética dos anos 1970. E, ainda que a balança comercial não tenha alcançado os objetivos de equilíbrio, “a política externa de relações não-excludentes com países centrais e periféricos contribuiu para ampliar o leque das relações internacionais do país” (SANTANA, 2006, p. 176).

Fares (2007, p. 144) afirma que...

“...nem os déficits comerciais contra o País nem as pendências das dívidas iraquianas (com empresas e o governo brasileiros) são capazes de indicar, isoladamente, se o relacionamento econômico entre os dois países foi prejudicial ou lucrativo ao Brasil. Levando-se em consideração a importância estratégica do petróleo importado para a economia brasileira e comparando com o que ocorreu com os demais países do Oriente Médio, o relacionamento brasileiro-iraquiano trouxe substanciais dividendos para o Brasil, contribuindo para o seu objetivo de complementação do desenvolvimento econômico pela política externa. Para se chegar a um balanço do relacionamento, deve-se levar em consideração, portanto, um contexto estratégico e econômico mais amplo.”

Esse capítulo apresentou, em linhas gerais, a proposição de que o petróleo figurava como tema primordial da política externa brasileira e do programa de

desenvolvimento econômico do Brasil, vistos pela ótica do nacional desenvolvimentismo. As relações exteriores do país obedeceram a interesses relacionados à busca pela segurança energética, mesmo que negociando com países freqüentemente envolvidos em conflitos, como o Iraque e as demais nações do Oriente Médio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as limitações de um estudo bibliográfico, pode-se entender que o presente trabalho apresenta argumentos suficientes para aceitar a proposição de que, no contexto de crise no mercado de petróleo, a diplomacia foi direcionada pelo viés de uma agenda econômica.

Entre os conceitos relacionados ao poder, nota-se que a criação e o estabelecimento da OPEP é uma decorrência direta do aumento no *hard power* dos países produtores de petróleo, que conseguem inverter a ordem estabelecida no sistema internacional, quando os países consumidores têm reduzido o exercício do poder econômico e militar para garantir o suprimento de petróleo a preços baixos assim que os produtores passam a definir os preços e cotas de produção de acordo com seus interesses.

Observou-se também que a busca pelo poder e sobrevivência do Estado passa pelo controle das matérias-primas, conforme entende Morgenthau (1993). Os países do Oriente Médio, maiores produtores de petróleo, conseguiram impor ao mercado consumidor suas exigências e, deste modo, “virar” o jogo contra as nações mais ricas do planeta. E isso teve impacto direto nas relações internacionais.

Uma vez que o Brasil, assim como a maior parte dos países industrializados e em desenvolvimento, era, na década de 1970, dependente da importação de petróleo, viu sua política externa ser guiada pela agenda econômica. Neste período, o petróleo figurava como tema primordial da política externa brasileira e do programa de desenvolvimento econômico do Brasil, principalmente com os problemas causados pelo primeiro choque internacional do petróleo, em 1973.

Sem esquecer-se dos relacionamentos conflitantes entre os próprios países produtores de petróleo, e do fato destes tornarem os países importadores reféns de

suas políticas, o governo brasileiro inicia relações com o Oriente Médio, notadamente o Iraque, aparentemente a opção que apresentava melhores expectativas para o futuro. Era um país que necessitava importar de tudo, porém era um grande exportador de petróleo, e outras nações da região já tinham boa parte de sua produção comprometida com empresas estrangeiras.

O contexto internacional influenciou não apenas a política externa brasileira, mas também as decisões internas do país, quando o Brasil dá prosseguimento à sua política energética. A criação do Proálcool, em 1975, e o estabelecimento do etanol como conteúdo altamente estratégico, bem como o monopólio estatal do petróleo ser reforçado com a Petrobras, são exemplos desta influência, numa tentativa de desenvolver suprimentos alternativos de energia e reduzir as importações de petróleo (MARINHO JR., 1989).

A aproximação com o Iraque acabou “salvando” o país já na segunda crise do petróleo. Não fosse o apoio dos iraquianos, o preço pago pelo Brasil por barril de petróleo sairia o dobro no mercado internacional se não tivéssemos acesso à produção da OPEP, garantida por este país.

Por fim, esse trabalho mostrou que as relações exteriores do país obedeceram a interesses relacionados à busca pela segurança energética, mesmo que negociando com países freqüentemente envolvidos em conflitos, como o Iraque e as demais nações do Oriente Médio.

Também se percebe a presença dos fenômenos sócio-políticos de maneira imbricada nas relações comerciais envolvendo o petróleo. Disputas pelo poder e busca da segurança nacional com base na posse ou garantia de acesso a uma fonte de energia não-renovável, aliada à influência das decisões no âmbito diplomático e em orientações de política nacional, bem como a dependência econômica do petróleo, formam um emaranhado de relações que justificam a escolha deste tema.

Recomenda-se a realização de estudos mais aprofundados sobre o papel do petróleo e demais recursos essenciais para a economia contemporânea, notadamente aqueles que se configuram como fontes de energia, tanto nas relações políticas e econômicas nacionais, quanto em seu impacto no sistema internacional.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, Raymond. 2002. *Paz e guerra entre as nações*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- FARES, Seme Taleb. 2007. O pragmatismo do petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 50, n. 2, p. 129-145.
- FUSER, Igor. 2008. *Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico*. São Paulo: Editora UNESP.
- GLEICK, Peter H. 1991. Environment and security: the clear connections. *The Bulletin of Atomic Scientists*, ProQuest Science Journals, vol. 47, n. 3, p. 16-21, April 1991.
- GOWAN, Peter. 2002. A calculus of power. *New Left Review*, n. 16, p. 1-10, July-August 2002.
- HAGE, José A. A. 2008. O poder político na energia e relações internacionais: o difícil equilíbrio entre o direito e a busca de segurança do Estado Brasileiro. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 51, n. 1, p. 169-186.
- HEINBERG, Richard. 2005. Powerdown: options and actions for a post-carbon world. *European Business Review*, vol. 17, n. 5, p. 476-479.
- HOMER-DIXON, Thomas F. 1994. Environmental scarcities and violent conflict: evidence from cases. *International Security*, Peace and Conflict Studies Program, University of Toronto, vol. 19, n. 1, p. 5-40, Summer 1994.
- KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. 1998. Power and interdependence in the information age. *Foreign Affairs*, vol. 77, n. 5, p. 81-94, September-October 1998.
- KLARE, Michael T. 2007. The futile pursuit of “energy security” by military force. *The Brown Journal of World Affairs*, vol. 13, n. 2, p. 139-153, Spring 2007.
- MARINHO JR., Ilmar Penna. 1989. *Petróleo: Política e poder*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MORGENTHAU, Hans. 2003. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- MORSE, Edward L. 1991. The coming oil revolution. *Foreign Affairs*, vol. 69, n. 5, p. 3656, Winter 1990/1991.
- MORSE, Edward L. 1999. A new political economy of oil? *Journal of International Affairs*, vol. 53, n. 1, p. 1-29, Fall 1999.

- NYE, Joseph S. 1990. The changing nature of world power. *Political Science Quarterly*, vol. 105, n. 2, p. 177-192, Summer 1999.
- NYE, Joseph S. 2004. Soft power and the American foreign policy. *Political Science Quarterly*, vol. 119, n. 2, p. 255-270, Summer 2004.
- PAUTASSO, Diego; OLIVEIRA, Lucas Kerr de. 2008. A segurança energética da China e as reações dos EUA. *Contexto Internacional*, vol. 30, n. 2, p. 361-398, maio/agosto 2008.
- PETERS, Susanne. 2004. Coercitive western energy security strategies: “resource wars” as a new threat to global security. *Geopolitics*, vol. 9, n. 1, p. 187-212, March 2004.
- SANTANA, Carlos Ribeiro. 2006. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 49, n. 2, p. 157-177.
- SARFATI, Gilberto. 2005. *Teorias de relações internacionais*. São Paulo: Saraiva.
- SMIL, Vaclav. 2000. Energy in the twentieth century: resources, conversions, costs, uses, and consequences. *Annual Review of Environment and Resources*, vol. 25, p. 21-51.
- YERGIN, Daniel. 2010. *O petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*. São Paulo: Paz e Terra.